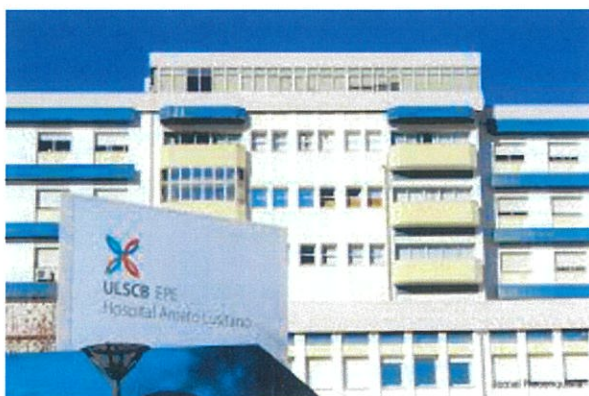
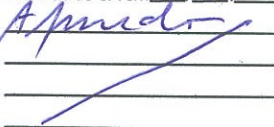




ULSCB, EPE
Reunião de CA em 13/6/2025



Presidente CA

Prof. Doutor Rui Amaro Alves

Vogal Executivo CA Diretor Clínico
Hospitalar

Dr. Rui Tiago Fonseca Rainho

Vogal Executivo CA Diretor Clínico CSP

Dr. Júlio Almeida Ramos

Vogal Executiva CA

Prof. Doutora Sandra Sofia Azinheira
Morais Lourenço Manso

Vogal Executivo CA - Enfermeiro Diretor

João Carlos Lourenço Nunes, Doutor

Relatório de Execução Orçamental

Período: 01 de janeiro a 30 de setembro de 2024

NOTA PRÉVIA

- O presente relatório de execução orçamental, referente ao período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2024, visa dar cumprimento ao previsto na alínea b) do n.º 4 do art.º 67.º do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto.
- O referencial contabilístico em vigor é o SNC-AP, aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- A aplicação SICC apresenta neste período mapas de controlo da execução orçamental ainda com algumas incorreções, permitindo, no entanto, que sirvam de base ao reporte realizado mensalmente no SIGO/DGO, após alguns ajustamentos necessários, prevalecendo, em caso de dúvida, os elementos que constam do balancete.
- A análise ao controlo do orçamento económico tem por base a proposta apresentada à tutela em finais de fevereiro de 2025, no âmbito do PDO.
- Apesar de ainda não estarem implementados os centros analíticos de responsabilidade, cada responsável de serviço é informado periodicamente sobre a evolução da execução do Contrato-programa da sua área, no sentido de serem corrigidas atempadamente todas as situações que possibilitem melhorar o desempenho e alcançar os objetivos previstos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
I – Execução Orçamental	5
II – Execução Económica face ao Contrato-programa (proposta) e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2023	9
A – Gastos e Perdas	9
B – Rendimentos e Ganhos	13
III – Recursos Humanos	14
IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
Anexo I – Gastos e Perdas	20
Anexo II – Variação Gastos e Perdas	21
Anexo III – Rendimentos e Ganhos	22
Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos	22

INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende dar a conhecer a evolução ocorrida nos gastos e nos rendimentos da ULSCB no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2024, tanto na vertente orçamental, com base no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças, como na vertente económica, tendo como referência a última proposta apresentada à tutela em finais de fevereiro de 2025, no âmbito do PDO (plano de desenvolvimento organizacional).

Analisaremos ainda as principais variações em comparação com o período homólogo de 2023 e nomeadamente a evolução dos gastos operacionais (n.º 8 do art.º 134.º do DL 17/2024, de 29 de janeiro - DLEO), bem como a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso.

Os exercícios de 2022 e 2023 ficaram marcados pelo aumento da dotação proveniente do financiamento do Contrato-programa e pela entrada de verbas extraordinários que nos permitiram reduzir consideravelmente as dívidas a fornecedores externos. Assim, no ano de 2022, recebemos 18,3 M€ para a regularização de dívidas em atraso a fornecedores externos e no ano de 2023 foram mais 14,9 M€ (4,3 M€ para despesas com pessoal, 4,5 M€ para regularização de dívidas de empresas que tivessem recorrido ao factoring e mais 6,1 M€ para regularização de dívidas para os demais fornecedores), o que nos permitiu reduzir a dívida a fornecedores externos em 31/12/2023 para os 10,67 M€, quando em 2022 se situava em 15,7 M€, contribuindo para o desanuviar da situação financeira, possibilitando encarar o ano de 2024 com maior otimismo em virtude do acréscimo previsto no Contrato-programa, excluindo o pagamento às farmácias de oficina, que ascende aos 6,91% (+6,4 M€), portanto acima da taxa de inflação estimada pelo Banco de Portugal (2,9%) para 2024.

Contudo o primeiro semestre de 2024 já fechou com RL e EBITDA negativos, em virtude dos acréscimos dos gastos com Produtos e serviços Vendidos em Farmácias (PVF) relativos ao primeiro trimestre deste ano, a pedido da ACSS, encargo suportado até então pela ARSC, e a dívida tem vindo a crescer ligeiramente (excluindo as farmácias e os MCDT da despesa centralizada), e desde o mês de agosto temos de novo pagamentos em atraso a fornecedores externos, situando-se no final deste período nos 496 mil euros.

Passando à análise aos resultados alcançados no período, verificamos que o resultado líquido (RL) ascende a 10,2 M€ negativos, piorando face ao do ano anterior (foi de -6,3 M€), situando-se o EBITDA nos 8,6 M€ negativos (-4,7 M€ em 2023).

Em termos orçamentais/financeiros, a cobrança foi superior à registada no período homólogo, com um acréscimo de 15,73% (+11,7 M€), e a despesa paga também cresceu 16,25% (+12 M€), decorrendo do facto da dotação orçamental ter sido reforçada e do pagamento às farmácias de oficina (PVF).

Do ponto de vista da execução económica, globalmente os gastos ficaram acima do referencial teórico do período (75%), fixando-se nos 77,18% (+2,8 M€), essencialmente devido às aquisições de bens e serviços que superaram a dotação mensualizada em 6,24% (+3,1 M€) e os gastos com pessoal que ficaram 1,52% (+888 mil€) acima do orçamentado. Ao nível dos rendimentos, a execução ficou ligeiramente acima do referencial, fixando-se nos 75,62% (+724 mil€).

Feitas estas considerações, passaremos à análise da execução orçamental e económica ocorrida nas principais rubricas de forma mais detalhada.

I – Execução Orçamental

Da execução ocorrida nas receitas (quadro infra) neste período, resulta uma taxa de cobrança de 66,11% face à dotação corrigida anual, correspondendo a 85,8 M€ cobrados, ficando assim aquém do total do referencial do período (desvio de -11,5 M€), não existindo alterações em termos de dotações face à inicial.

Período: janeiro a setembro 2024

u.m.: euro

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Varição relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Varição absoluta da DOTAÇÃO (2)/(1)	DOTAÇÃO DO PERÍODO (3)	LIQUIDAÇÕES DO PERÍODO (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/2)	COBRADO do exercício (5)	COBRADO de exercícios anteriores (6)	TOTAL COBRADO (7)	DESVIO DA EXECUÇÃO DO PERÍODO (7) - (3)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (7/2)
RECEITAS														
	Receitas Correntes		128.121.170	128.121.170	0,00%	0	96.090.878	86.000.433	67,12%	85.541.564	218.410	85.759.974	-10.330.904	66,94%
04	Taxas, multas e outras penalidades	513	462.399	462.399	0,00%	0	346.799	143.372	31,01%	97.471	3.188	100.659	-246.140	21,77%
06	Transferências correntes	513	13.778	13.778	0,00%	0	10.334	0	0,00%	0	0	0	-10.334	0,00%
06	Transferências correntes	541	98.766	98.766	0,00%	0	74.075	60.999	61,76%	60.999	0	60.999	-13.076	61,76%
07	Vendas de bens e serviços correntes	511	126.739.742	126.739.742	0,00%	0	95.054.807	84.916.975	67,00%	84.685.737	0	84.685.737	-10.369.070	66,82%
07	Vendas de bens e serviços correntes	513	800.478	800.478	0,00%	0	600.359	318.721	39,82%	137.693	215.222	352.915	-247.444	44,09%
08	Outras receitas correntes	513	6.007	6.007	0,00%	0	4.505	560.366	9328,55%	559.664	0	559.664	555.159	9316,86%
	Receitas de Capital		1.605.685	1.605.685	0,00%	0	1.204.264	0	0,00%	0	412	412	-1.203.852	0,03%
10	Transferências de capital	483	1.539.148	1.539.148	0,00%	0	1.154.361	0	0%	0	412	412	-1.153.949	0%
12	Passivos Financeiros	432	66.537	66.537	0,00%	0	49.903	0	0%	0	0	0	-49.903	0%
	Total Receitas		129.726.855	129.726.855	0,00%	0	97.295.141	86.000.433	66,29%	85.541.564	218.822	85.760.386	-11.534.755	66,11%

Assim, ao nível das receitas correntes, a execução foi de 66,94%, com a fonte de financiamento (FF) 511 a ser a que apresenta maior desvio (-10,4 M€) face ao valor previsto para o período. Tal situação resulta do facto da ACSS ter solicitado uma alteração ao valor da dotação aprovada no Orçamento de Estado

(-9,1 M€), atendendo ao valor que previu para a contratualização, pelo que a dotação passaria a ser de 117,6 M€ e o desvio diminuiria para 1,3 M€ (em vez de 10,4 M€).

Quanto à FF 513, relativa a receita própria, temos uma execução anual globalmente superior à prevista, atingindo os 78,99% (correspondendo +51 mil€ face à dotação do período), contudo essa situação resulta essencialmente do facto de termos registado a entrada da aplicação CEDIC na RCE 08 (510 mil€), que se encontrava aplicada no final do exercício anterior. Nas demais rubricas a execução é baixa e está bastante aquém do esperado, com as “taxas, multas e outras penalidades” a chegarem a uma execução de 21,77%, portanto menos 246 mil€ face à dotação deste período, por ainda não termos realizado qualquer ciclo de recuperação de taxas em dívida através do SITAM contrariamente ao ocorrido no ano anterior, e em “vendas de bens e serviços correntes” também ficámos aquém do referencial, fixando-se nos 44,09% a cobrança face à dotação anual corrigida.

De salientar ainda a execução na FF 541 (61,76%) que, apesar de inferior ao esperado, melhora face ao primeiro semestre (foi de 29,28%), e respeita aos recebimentos provenientes do INEM, no âmbito do protocolo da VMER existente.

Quanto às receitas de capital, a execução continua praticamente nula, com a verba inscrita na FF 432 a corresponder à componente cofinanciada do projeto POSEUR. Quanto à FF 483 do PRR, que diz respeito a diversos projetos aprovados, ainda continuamos a aguardar, na presente data, o pagamento do pedido de reembolso apresentado em 06 de março de 2023 ao Núcleo do PRR, no montante de 138 mil€, sendo o valor de 412 euros recebido o saldo transitado do ano anterior e que se encontrava registado em operações extraorçamentais.

Ao nível das despesas (quadro seguinte), a execução global foi de 65,9%, portanto ligeiramente inferior às receitas. Contudo, se confrontadas com a dotação do período (que exclui o subsídio de Natal, bem como os respetivos encargos), as despesas pagas foram inferiores ao referencial em 9,3 M.

Devido à necessidade de reforçar as despesas de capital em função dos pagamentos realizados, foi transferido para a RCE 07 o montante de 657 mil€ proveniente da RCE 02, no âmbito da competência do CA da ULSCB em matéria de gestão flexível.

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL(2)	Varição relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Varição absoluta da DOTAÇÃO (2)/(1)	DOTAÇÃO DO PERÍODO (3)	COMPROM. ASSUMIDOS (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/2)	PAGO do exercício (5)	PAGO de exercícios anteriores (6)	TOTAL PAGO (7)	DESVIO DA EXECUÇÃO DO PERÍODO (7) - (3)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (7/2)
DESPESAS														
	<i>Despesas Correntes</i>		127.501.643	126.844.232	-0,52%	-657.411	92.621.813	109.359.227	86,22%	71.903.689	12.464.976	84.368.665	-8.253.148	66,51%
01	Despesas com pessoal	511	63.478.781	63.478.781	0,00%	0	45.097.725	45.209.250	71,22%	41.106.314	1.732.219	42.838.533	-2.259.192	67,48%
02	Aquisições de bens e serviços	511	63.094.897	62.419.401	-1,07%	-675.496	46.814.551	63.540.708	101,80%	30.371.429	10.709.514	41.080.943	-5.733.608	65,81%
02	Aquisições de bens e serviços	513	552.365	553.188	0,15%	823	414.891	367.952	66,51%	187.412	22.282	209.694	-205.197	37,91%
02	Aquisições de bens e serviços	541	98.766	98.766	0,00%	0	74.075	60.999	61,76%	60.999	0	60.999	-13.076	61,76%
03	Juros e outros encargos	513	81.878	82.220	0,42%	342	61.665	29.435	35,80%	29.114	0	29.114	-32.551	35,41%
06	Outras despesas correntes	513	194.956	211.876	8,68%	16.920	158.907	150.883	71,21%	148.421	961	149.382	-9.525	70,50%
	<i>Despesas de Capital</i>		2.225.212	2.882.623	29,54%	657.411	2.161.967	2.321.770	80,54%	600.376	517.491	1.117.867	-1.044.100	38,78%
07	Aquisição de bens de capital	432	66.537	66.537	0,00%	0	49.903	0	0,00%	0	0	0	-49.903	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	483	1.539.148	1.539.148	0,00%	0	1.154.361	502.480	32,65%	0	0	0	-1.154.361	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	511	166.064	742.995	347,41%	576.931	557.246	1.206.091	162,33%	270.130	450.884	721.014	163.768	97,04%
07	Aquisição de bens de capital	513	453.463	533.943	17,75%	80.480	400.457	613.199	114,84%	330.246	66.607	396.853	-3.604	74,32%
	<i>Total Despesas</i>		129.726.855	129.726.855	0,00%	0	94.783.781	111.680.997	86,09%	72.504.065	12.982.467	85.486.532	-9.297.249	65,90%

Analisando agora as principais rubricas de despesas correntes, o agrupamento 01 (despesas com pessoal) apresenta uma execução de 67,48% face à dotação anual. Apesar de neste período existirem gastos com o subsídio de férias, temos ainda assim uma execução inferior em 2,3 M€ face ao referencial da dotação do período. De facto a dotação anual previa a contratação de 72 efetivos em 2024, para além de outras situações que ainda não se concretizaram, mas conforme poderá ser observado mais à frente os efetivos baixaram (-12) face a 31/12/2023.

Ao nível do agrupamento 02 (aquisições de bens e serviços), estão contabilizados 18,8 M€ de compromissos relacionados com faturação que ficou por pagar de anos anteriores. Isto é, dos 64 M€ em compromissos, apenas 45,2 M€ respeitam à execução de 2024. Em comparação com o período homólogo, a dotação anual inicial teve um aumento de 23,5 M€, atingindo os 63,7 M€, quando em 2023 apenas chegava aos 40,2 M€. No entanto, e tal como mencionado na análise às receitas correntes, a ACSS solicitou uma alteração ao valor da dotação aprovada no Orçamento de Estado (-9,1 M€), atendendo ao valor que previu para a contratualização, pelo que a concretização desta alteração irá afetar diretamente este agrupamento, mas, ainda assim, continuaremos com uma dotação superior à dotação final (52,5 M€) do ano anterior. Contudo, e como tem sido recorrente mencionar, o peso dos encargos de anos anteriores constitui uma limitação que impossibilita o cumprimento integral da LCPA, sendo um entrave ao nível da gestão corrente, obrigando à assunção de compromissos sem disponibilidade orçamental, única forma de

conseguirmos manter em funcionamento a atividade assistencial da ULSCB, pelo que qualquer redução ao nível do financiamento trará efeitos negativos no que respeita a dívidas e pagamentos em atraso.

Em relação a pagamentos, as aquisições de bens e serviços, considerando todas as FF, ficaram abaixo da dotação teórica do período (-5,9 M€), com os anos anteriores a representarem 25,8% do montante total pago.

Quanto ao agrupamento 03, a taxa de execução (35,41%) continua aquém do referencial (-33 mil€), resultando essencialmente de correções a exercícios anteriores (pagamentos ao Instituto da Segurança Social relativos a meses anteriores).

No que respeita ao agrupamento 06, a taxa de execução também ficou abaixo do previsto (-9,5 mil€), apesar do pagamento de uma indemnização a um utente na sequência de uma decisão judicial (40 mil€), melhorando, ainda assim, face ao final do primeiro semestre.

Passando à análise às despesas de capital, verifica-se que estas FF evidenciam uma execução nula nas FF 432 e 483 relativas a projetos cofinanciados, estando ligeiramente abaixo do referencial na FF 513 (74,32%), mas por outro lado a FF 511 quase que esgotou a verba anual prevista, chegando aos 97,04%. Convém realçar que esta execução na FF 511 prende-se com o facto de não termos verbas disponíveis na FF 483 para projetos em execução, pelo que tivemos de recorrer a fundos próprios para assegurar pagamentos.

Resumidamente, face à execução já ocorrida neste período, não existem dotações na despesa a apresentar insuficiência de dotação disponível (excluindo a situação da FF 511 nas despesas de capital, pelos motivos indicados), se atendermos ao valor estimado para este período e até numa perspetiva anual. A limitação existente, do lado da receita, também tem impedido que se consigam alcançar os níveis de despesa orçamentados. Ainda assim, a redução prevista de 9,1 M€, já mencionada, irá afetar a RCE 02, pelo que, descontando essa verba, a taxa de execução já estaria acima dos 75% na FF 511 (em cerca de 77%). Quanto à receita, destaca-se essencialmente a inexistência de execução ao nível do PRR (o que origina o pagamento na FF 511 acima mencionado), resultando a mesma do facto do financiamento contra reembolso continuar com atrasos consideráveis, e ao nível da FF 511 (Contrato-programa), a execução abaixo de referencial decorre da diminuição ao Contrato-programa solicitada pela ACSS no início do ano. De referir, adicionalmente, que a existência de dívidas de anos anteriores absorve logo à partida cerca de 22% da dotação do exercício, o que causa sérios problemas ao nível da cabimentação dos processos de aquisição e no cumprimento da LCPA como já aqui referimos, já que os fundos disponíveis são insuficientes para a totalidade dos compromissos que prevemos assumir na gerência. Trata-se de uma

questão recorrente nos últimos anos, apesar de no corrente ano ter um efeito menor do que em anos anteriores face ao aumento das dotações disponíveis e à diminuição dos compromissos transitados.

Em termos homólogos, quadro infra, a execução reflete o acréscimo ao nível das dotações, nomeadamente devido ao pagamento dos produtos vendidos por farmácias. Ao nível dos compromissos, se excluíssemos os 15 M€ registados em PVF, estaríamos com uma redução de cerca de 9,1 M€ face a 2023, por existirem menos compromissos nos bens e serviços transitados (-6,7 M€), havendo também uma redução de 1,2 M€ nos bens de capital (em 2023 ainda tínhamos em curso o projeto de Remodelação do HAL).

Descrição	2023	2024	variação	%
Receitas				
- Liquidações	74.202.532	86.000.433	11.797.901	15,90%
- Cobrança	74.100.731	85.760.386	11.659.655	15,73%
Despesas				
- Compromissos	105.740.786	111.680.997	5.940.211	5,62%
- Pagamentos	73.536.050	85.486.532	11.950.482	16,25%

II – Execução Económica face ao Contrato-programa (proposta) e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2023

A – Gastos e Perdas

Globalmente, a execução ficou acima do referencial teórico do período (75%) tendo atingido os 77,18% (anexo I), correspondendo a encargos superiores em 2,8 M€ face ao orçamento mensualizado (OM).

Os desvios mais significativos verificaram-se nos fornecimentos e serviços externos (+6,24% / +3,1 M€ no período). Em termos homólogos (anexo II), o aumento total registado foi de 28,72% (+22 M€), destacando-se os fornecimentos e serviços externos (+75,76% / +17,5 M€), os gastos com pessoal (+5,34% / +2,2 M€) e os CMVMC (+23,33% / +2,1 M€).

Assim, no que respeita aos fornecimentos e serviços externos, o desvio global face ao referencial do período foi de 6,24% como já referido (+3,1 M€ face ao OM), sobressaindo essencialmente a rubrica de PVF (+3,5 M€). Comparando com o período homólogo, verificou-se um aumento que chega aos 75,76% (+17,5 M€), tendo sido registadas previsões num total de 2,7 M€ (735 mil€ nos subcontratos e 1,9 M€ nos restantes fornecimentos e serviços), correspondendo a 6,5 % do total dos gastos processados nestas rubricas e baseado na faturação já recebida este ano e na média mensal do ano anterior, por haver atrasos

na receção da faturação, nomeadamente do SUCH (cerca de 660 mil€). Ao nível dos subcontratos constata-se sempre alguma imprevisibilidade que decorre do facto de não dispormos de informação em tempo real dos pedidos efetuados para o exterior, existindo, para já, desvios mais pronunciados em meios complementares de diagnóstico (+9,97% / +437 mil€), onde os cuidados respiratórios domiciliários crescem 22,99% (+256 mil€). A principal diminuição refere-se aos internamentos (-18,12% / -70 mil€), correspondendo a doentes de psiquiatria institucionalizados e a intervenções no âmbito do SIGIC realizadas no exterior. Nos PVF os gastos atingem os 15,1 M€ no final deste período, estando esta nova despesa a ser integralmente financiada centralmente até novembro, passando depois a ser descontada no duodécimo conforme indicado no despacho n.º 11463-C/2024, de 27/09/2024, da Senhora Secretária de Estado da Gestão da Saúde.

Quanto aos restantes fornecimentos e serviços, mantém-se a trajetória ascendente nos serviços especializados (+16,24% / +1,4 M€), com os serviços técnicos de recursos humanos a crescerem 39,99% (+1,4 M€), essencialmente devido à forte incidência de serviços médicos a que recorremos para mantermos em funcionamento diversas valências e serviços (urgência, anestesiologia, cirurgia, ginecologia/obstetrícia, medicina interna, ortopedia, MGF, entre outras), tal como acontece ao nível dos honorários que também aumentam 30,85% (+246 mil€). De assinalar ainda o acréscimo em deslocações, estadas e transportes (+13,67% / +346 mil€), com os gastos em transportes de bombeiros a subirem 15,02% (+191 mil€) e nas empresas de transporte de doentes 40,81% (+186 mil€).

Quanto aos CMVMC, o desvio global face ao referencial do período foi quase nulo (+0,44% / +67 mil€ face ao OM), com os desvios a afetar principalmente as rubricas de medicamentos (+1,55% / +127 mil€), reagentes/outros produtos farmacêuticos (-5,45% / -102 mil€) e material de consumo hoteleiro (+16,55% / +20 mil€). Em relação ao período homólogo, verificou-se uma variação global de 23,33% (+2,1 M€), com o acréscimo absoluto mais acentuado a incidir nos gastos com material de consumo clínico, que evidencia um incremento elevado (+40,01% / +986 mil€) devido, por exemplo, ao consumo de próteses (+137,78% / +546 mil€), de artigos cirúrgicos (+93,65% / +237 mil€) decorrente da introdução de um novo sistema deagrafagem para o bloco operatório, e material de tratamento (+21,86% / +178 mil€), em linha com os aumentos de produção assistencial. Os produtos farmacêuticos também crescem substancialmente (+17,4% / +1,1 M€), com um aumento de 16,21% (+874 mil€) nos medicamentos e de 23,5% (+248 mil€) em reagentes e outros produtos farmacêuticos. Em relação aos restantes armazéns, o principal destaque vai para o consumo hoteleiro que apresenta um aumento significativo (+35,32% / +28 mil€).

O aumento no consumo de medicamentos resulta do facto de a sua cedência gratuita com suporte legal em ambulatório representar cerca de 57% do consumo total de medicamentos e ter maior incidência nas áreas de autoimunes, oncologia, hemofílicos, antipsicóticos e esclerose múltipla, havendo ainda nos últimos meses um incremento no tratamento de patologias médicas de doentes seguidos anteriormente

nos grandes centros e que passaram a ser encargo da ULSCB. De referir, adicionalmente, que o despacho 48/2016 determinou que os medicamentos destinados ao tratamento de doentes com artrite reumatoide, espondilite anquilosante, artrite psoriática, artrite idiopática juvenil poliarticular e psoríase em placas beneficiem de um regime excecional de comparticipação com utilização de medicamentos biológicos de grande impacto económico, não só prescritos dentro da instituição, mas também em clínicas e hospitais privados.

Com o objetivo de redução dos gastos em medicamentos foram adotadas, nos últimos anos, medidas de combate ao desperdício que consistem na vigilância do cumprimento dos protocolos e justificações clínicas com base no antibiograma, cujo acesso foi permitido aos serviços farmacêuticos; no cumprimento dos tempos terapêuticos com paragem automática entre o 7º e 10º dia se não for feita nova reavaliação pelo clínico; na obrigatoriedade de preenchimento de justificação clínica, para antibióticos de amplo espetro; na obrigatoriedade de antibiograma para medicamentos de reserva, especialmente para Linezolid (internamento e ambulatório), não ultrapassando o tempo de tratamento indicado no RCM.

Em relação aos restantes armazéns, continuaremos a monitorizar com rigor os consumos dos serviços tendo em vista a redução de desperdícios que ainda possam existir e substituindo, se possível, os artigos menos vantajosos economicamente. Iremos ainda alargar a um maior número de serviços os armazéns avançados e continuaremos a ajustar os níveis de reposição de stocks em função do consumo real.

Analisando de seguida os gastos com pessoal, a execução do período ficou 1,52% (+888 mil€) acima do OM, com maior impacto no subsídio de férias (+52,87% / +821 mil€). Em termos homólogos, o montante processado cresceu 5,34% (+2,3 M€), com as remunerações certas e permanentes a aumentarem 8,54% (+2,2 M€), devido às atualizações salariais. Quanto aos abonos variáveis e eventuais, globalmente diminuem 3,35% (-280 mil€), embora apenas o trabalho extraordinário esteja numa trajetória descendente (-11,1% / -455 mil€), com o subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno a ser o que apresenta maior crescimento (+6,44% / +102 mil€). Pelo que, e tal como seria de esperar face às restantes variações mencionadas, os encargos sobre remunerações crescem 5,45% (+435 mil€).

De salientar ainda o peso cada vez mais acentuado de prestadores de serviços para darmos cobertura aos serviços de urgência, consulta externa e outras áreas carenciadas de profissionais, conforme já referido na análise aos fornecimentos e serviços externos, atendendo à escassez de recursos médicos, à elevada taxa de absentismo por doença e parentalidade, bem como à elevada média de idades, com impacto em Serviços Técnicos de Recursos Humanos e Honorários (5,14 M€ pagos a prestadores médicos até setembro de 2024, correspondendo a 115.994 horas, contra os 3,69 M€ pagos no ano anterior referentes a 87.378 horas, isto é acréscimos de 39% nos valores pagos e de 33% em horas).

Por fim, no que respeita aos restantes encargos, apenas os gastos de depreciação e de amortização é que estão ligeiramente acima do OM (+0,39% / +8 mil€), estando todos os restantes aquém desse referencial. Comparativamente ao período homólogo, verificou-se um acréscimo de 2,37% (+37 mil€) nos gastos de depreciação e de amortização, onde foram registadas previsões no montante de 1,1 M€ que correspondem à especialização mensal da previsão de amortizações relativamente aos bens adquiridos após janeiro de 2016, por ainda estar pendente de finalização o processo de integração/inventariação, prevendo-se a sua conclusão a curto prazo.

Em outros gastos e perdas verifica-se um acréscimo acentuado que chega aos 84,18% (+47 mil€) e que se deve à emissão de créditos sobre entidades do SNS para correção de faturas (+24 mil€), bem como ao pagamento de uma indemnização a um utente na sequência de uma decisão judicial (40 mil€).

Passando à análise à evolução dos gastos operacionais, conforme estipulado no n.º 8 do art.º 134.º do DL 17/2024, de 29 de janeiro - DLEO, verificam-se as seguintes variações no período em análise:

Evolução dos Gastos Operacionais	3T 2024 Exec.	3T 2023 Exec.	Variação 2024/2023	
			Absol.	%
(1) Custo com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	11.300.931 €	9.163.044 €	2.137.887 €	23,33%
(2) Fornecimentos e Serviços Externos corrigidos dos efeitos da crise geopolítica	40.695.641 €	23.154.293 €	17.541.348 €	75,76%
- Efeito da crise geopolítica (energia, combustíveis, ...)	0 €	677.974 €	-677.974 €	-100,00%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii), iii) e iv)	41.390.040 €	38.788.848 €	2.601.193 €	6,71%
(i) Impacto do cumprimento de obrigações legais / orientações acionista	0 €	0 €	0 €	
(ii) Valorizações remuneratórias obrigatórias	3.407.365 €	3.560.606 €	-153.241 €	-4,30%
(iii) Efeito do absentismo ou indemnizações por rescisão contratual (exceto por mútuo acordo)	0	0	0 €	
(iv) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	0 €	176.479 €	-176.479 €	-100,00%
Gastos com Deslocações (FSE)	29.581 €	50.534 €	-20.953 €	-41,46%
Gastos com Ajudas de custo e Alojamento	70.378 €	57.874 €	12.504 €	21,61%
Gastos associados à frota automóvel	252.904 €	187.460 €	65.444 €	34,91%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (*)	827.647 €	900.133 €	-72.486 €	-8,05%
Total Gastos Operacionais (1)+(2)+(3)	93.386.612 €	71.106.185 €	22.280.427 €	31,33%
Volume de Negócios (Vendas e Prestações de Serviços)	88.217.590 €	70.105.585 €	18.112.005 €	25,84%
Rácio Total Gastos Operacionais / Volume de Negócios	105,86%	101,43%		
Número Total de RH (OS + CD +Trabalhadores)	1412	1437	-25	-1,74%
N.º Órgãos Sociais (OS)	7	8	-1	-12,50%
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1404	1428	-24	-1,68%
N.º Trabalhadores/N.º CD	1404	1428	-24	-1,68%
N.º de viaturas	47	47	0	0,00%

(*) rubricas 62211+62212+62213+62214

- Aumento dos gastos com pessoal corrigidos (+6,71% / +2,6 M€), superior à variação verificada em termos homólogos sem essa correção (+5,34% / +2,3 M€), decorrente da redução do impacto das valorizações remuneratórias e da aplicação do disposto no art.º 21.º da Lei 42/2016;
- Quanto aos encargos com deslocações, ajudas de custo e frota automóvel, globalmente apresentam um aumento acentuado de 19,26% (+57 mil€), com os encargos com a frota automóvel a ser os que apresentam maior crescimento (+34,91% / +65 mil€);
- No que respeita à contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, verifica-se um decréscimo de 8,05% (-72 mil€), devido ao menor impacto ao nível dos projetos de informática por exemplo.

B – Rendimentos e Ganhos

Confrontada com o referencial teórico do período (anexo III), a execução ficou 0,62% acima do esperado, o que se traduziu num desvio de +724 mil€ em relação ao OM.

Em termos de execução do Contrato-programa, considerando todas as rubricas que compõem o mesmo, a execução face à dotação anual foi de 76,28%, o que representa um desvio de 1,5 M€ em termos de OM. Tal decorre do facto de estarmos a especializar mensalmente o CP por um montante superior ao da última atualização remetida à tutela em fevereiro de 2025.

Em relação às taxas moderadoras, e à semelhança de todas as restantes rubricas operacionais, a execução foi negativa (-10,21% face ao OM), correspondendo a menos 70 mil€, justificando-se em parte pelo facto de não ter decorrido qualquer ciclo de recuperação de dívidas no período devido a problemas logísticos internos.

Em termos homólogos (anexo IV), os rendimentos evidenciam um acréscimo de 25,76% (+18,1 M€), com as prestações relacionadas com o Contrato-programa a registarem um aumento de 26,47% (+18,3 M€) face ao período homólogo de 2023, considerando todas as prestações (incentivos, valor capitolacional e internos).

Quanto às taxas moderadoras (-21,29% / -120 mil€), mantém-se a tendência de diminuição dos meses anteriores, nomeadamente porque em janeiro de 2023 estava a decorrer um ciclo de recuperação de dívidas, situação que ainda não aconteceu no presente ano. Contudo, apesar da tentativa de maximizar a cobrança, quer presencialmente no momento do atendimento, quer através do envio de avisos com alguma regularidade, a dispensa de pagamento de taxas a nível hospitalar (sendo apenas cobradas nos episódios de urgência caso não haja referenciação ou internamento) desde junho de 2022, que se seguiu ao já ocorrido ao nível dos cuidados de saúde primários em 2020 e 2021, veio reduzir consideravelmente os

rendimentos provenientes desta fonte de financiamento, o que, aliado à eventual menor capacidade de os utentes pagarem as suas dívidas devido à atual crise, tem impossibilitado o nosso objetivo de aumento da cobrança.

De assinalar ainda a redução ao nível da faturação a outras entidades responsáveis (-32,99% / -91 mil€), o que acentua ainda mais a nossa forte dependência do financiamento que advém do Contrato-programa, já que não temos outras fontes de rendimentos próprios relevantes.

III – Recursos Humanos

No 3º Semestre de 2024 mantiveram-se os constrangimentos relativos à necessária concessão de maior autonomia aos Conselhos de Administração. Esta concessão de maior autonomia iria contribuir e dinamizar maior e melhor agilização e gestão dos procedimentos concursais, o que implicaria que a gestão se colocasse muito mais próxima da realidade, da efetividade e da celeridade. Ora, o que se assiste é que, os Conselhos de Administração com uma autonomia muito limitada na área de recursos humanos, apenas podem permitir a substituição transitória de trabalhadores ausentes por longa duração e a substituição por cessação definitiva de contratos que, por si só, não resolve a escassez de recursos, nem permite efetuar uma verdadeira gestão.

A falta de autonomia para abertura de procedimentos concursais para admissão de novos trabalhadores e as limitações na contratação tem implicado um desfasamento significativo entre a realidade objetiva e o mapa de pessoal aprovado, já que embora existindo lugares vagos, os mesmos não podem ser totalmente preenchidos de acordo com as necessidades sentidas, a que acresce na área médica a falta de colocação de profissionais médicos e a promoção na carreira de muitos dos existentes.

Adicionalmente, a modernização da instituição, a reestruturação e ampliação de muitos serviços, a digitalização e o absentismo obrigam e requerem não só a contratação de um maior número de profissionais de acordo com as vagas existentes no mapa de pessoal, mas também, a agilização e celeridade nos respetivos procedimentos.

Esta realidade obriga a um esforço adicional por parte dos recursos humanos existentes, ficando sujeitos a um maior stress, fruto do acréscimo de trabalho e da necessária mobilidade entre serviços alocados em diferentes edifícios e unidades, alguns deles fora das instalações principais da ULSCB e ainda, a que nas áreas de apoio e suporte se tenha de recorrer a trabalhadores da carreira de assistente operacional para exercício de funções de assistente técnico, situação que manifestamente é injusta, despropositada e que não deveria ocorrer face à legislação laboral em vigor.

É, pois, significativa a carência de recursos humanos para garantir a funcionalidade da estrutura que compõe a ULSCB.

A idade média geral dos recursos humanos vinculados ao mapa de pessoal da ULSCB, embora estabilizada, cresceu ligeiramente e genericamente face ao trimestre anterior (48,2 anos), com a idade média mais elevada em alguns grupos profissionais a ser a seguinte: Assistente Operacional – 52 anos; TAS – 51,1 anos; Assistente Técnico – 52,8 anos; Enfermagem – 46,6 anos (sendo que do universo de enfermeiros, 158 têm idade igual ou superior a 55 anos, e uma média de 59,4 anos); Pessoal Médico – 46,7 anos, sendo que, se não forem contabilizados os médicos do internato médico, a idade sobe para os 50,9 anos, considerando que do total, 45 médicos (sem contabilizar os médicos contratados aposentados) têm idade igual ou superior aos 55 anos e nestes, a média é de 63,5 anos, o que representa uma instituição com um mapa de recursos humanos envelhecidos (não contabilizados os trabalhadores vinculados mas que exercem funções fora da ULSCB).

Mapa comparativo de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB do 3º Trimestre de 2023/2024

SRH	MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB									3º. TRIM		
TOTAL GERAL 2023				TOTAL GERAL 2024			TOTAL GERAL ≠ 2023 / 2024			≠ 24 / 24	≠ 24 / 24	
Carreira/Categoria	julho	agosto	setembro	julho	agosto	setembro	julho	agosto	setembro	jul/set	ago/set	
Conselho Administração	5	5	5	4	4	4	-1	-1	-1	0		
Administrador Hospitalar	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0		
Méd. Especialistas	144	142	144	136	136	135	-8	-6	-9	-1	-1	
Méd. Grau Especialista	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0		
Méd. IIM - Formação Especif.	42	42	42	45	45	45	3	3	3	0		
Méd. IIM - Formação Geral	17	17	17	9	9	9	-8	-8	-8	0		
Téc. Superior Saúde	17	17	16	17	17	17	0	0	1	0		
Téc. Superior	33	33	33	32	33	33	-1	0	0	1		
Enfermagem	529	531	531	536	533	534	7	2	3	-2	1	
TSDT	102	103	104	104	104	104	2	1	0	0		
Informática	10	10	10	11	11	11	1	1	1	0		
Docente	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0		
Assistente Técnico	190	190	188	175	174	174	-15	-16	-14	-1		
Assistente Operacional	343	351	348	335	334	336	-8	-17	-12	1	2	
TOTAL - Efetividade funções	1435	1444	1441	1407	1403	1405	-28	-41	-36	-2	2	
Pessoal fora da ULSCB	17	17	19	22	22	20	5	5	1	-2	-2	
Pessoal Dentro de Out. Inst.	15	14	14	7	7	7	-8	-7	-7	0		
TOTAL GERAL ULSCB	1467	1475	1474	1436	1432	1432	-31	-43	-42	-4		

Mapa comparativo mensal de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB de dezembro 2023/janeiro 2024 para setembro de 2024

SRH	MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB																	TOTAL ANUAL 2024 (1º, 2º, 3º TRIM)	
TOTAL GERAL 2024																			2024
Carreira/Categoria	dez/23	jan	fev	mar-jan	mar	mar-fev	abr	abr-mai	mai	mai-abr	jun	jun-mai	jul	jul-jun	ago	ago-jul	set	set-ago	set-jan
Conselho Administração	5	4	4	0	4	0	4	0	4	0	4	0	4	0	4	0	4	0	0
Administrador Hospitalar	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0
Méd. Especialistas	140	138	137	-1	137	0	136	-1	137	1	138	1	136	-2	136	0	135	-1	-3
Méd. Grau Especialista	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0
Méd. IIM - Formação Especif	39	47	46	-1	46	0	46	0	46	0	46	-1	45	0	45	0	45	0	-2
Méd. IIM - Formação Geral	17	9	9	0	9	0	9	0	9	0	9	0	9	0	9	0	9	0	0
Téc. Superior Saúde	16	17	17	0	17	0	17	0	17	0	17	0	17	0	17	0	17	0	0
Téc. Superior	34	33	32	-1	33	1	32	-1	32	0	32	0	32	0	33	1	33	0	0
Enfermagem	530	528	531	3	537	6	536	-1	535	-1	535	0	536	1	533	-3	534	1	6
Téc. Diag. Terapêutica	106	105	104	-1	103	-1	103	0	103	0	103	0	104	1	104	0	104	0	-1
Informática	11	11	11	0	11	0	11	0	11	0	11	0	11	0	11	0	11	0	0
Educadora Infantil	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0
Assistente Técnico	187	183	184	1	184	0	181	-3	178	-3	177	-1	175	-2	174	-1	174	0	-9
TA S/Assistente Operacional	342	339	339	0	339	0	337	-2	337	0	335	-2	335	0	334	-1	336	2	-3
TOTAL - Efetividade Funções	1430	1417	1417	0	1423	6	1415	-8	1412	-3	1409	-3	1407	-2	1403	-4	1405	2	-12
Pessoal Dentro de Out. Inst.	7	5	6	1	7	1	7	0	7	0	7	0	7	0	7	0	7	0	2
TOTAL GERAL ULSCB	1437	1422	1423	1	1430	7	1422	-8	1419	-3	1416	-3	1414	-2	1410	-4	1412	2	-10
Pessoal fora da ULSCB	18	17	21	4	21	0	21	0	20	-1	21	1	22	1	22	0	20	-2	3
TOTAL GERAL ULSCB	1455	1439	1444	5	1451	7	1443	-8	1439	-4	1437	-2	1436	-1	1432	-4	1432	0	-7

Conforme mapa seguinte identificado, em praticamente todos os grupos profissionais se verifica taxa de absentismo que com o envelhecimento do mapa de pessoal tem propensão de subida, devido a todas as inerências que tal condição naturalmente impõe, determinando longos períodos de afastamento do serviço, ausências por licenças devido ao usufruto de direitos sociais e familiares, ausências por doença, aumento das situações de incapacidade parcial ou fixação de limitação para o trabalho, indicação para a realização de trabalhos moderados por avaliação do serviço de medicina do trabalho e, fruto de direitos consagrados nas respetivas carreiras, a existência de horários de trabalho com referência a carga horária semanal normal, representando na prática o cumprimento de carga horária mais reduzida.

Mapa 3º trimestre de 2024

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS																	
(3º TRIMESTRE)																	
PESSOAL ACTIVO EM EFETIVIDADE DE FUNÇÕES NA ULSCEB 30.09.2024 - 1.412 trabalhadores																	
01.07.2024 a 30.09.2024 - Dias Úteis																	
GRUPO PROFISSIONAL	PESSOAL ACTIVO	Dias Tráb. Obrigat.	CASAMENTO (1)	PARENTAUGADE (2)	FALCENMINTO FAMILIAR (3)	DOENÇA (4)	ACIDENTE TRABALHO (5)	ABSEST.FAMÍLIA (6)	TRAB. ESTUDIANTE (7)	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (8)	GREVE (11)	INJUSTIFICADAS (12)	ACT. SINDICAL (13)	COM. GRATUITA / FORMAÇÃO (14)	OUTRAS (15)	TOTAL DIAS AUSÊNCIA	Média Faltas
Pessoal Médico (incluindo Internos)	190	43.130	20	210	17	101	0	31	6	0	71	0	0	622	12	1.154	6,07
Técnico Superior de Saúde	17	3.850	0	0	5	16	0	5	0	0	0	0	0	1	3	28	1,58
Pessoal de Enfermagem	535	12.144,5	32	821	24	708	35	102	10	0	782	0	0	15	49	2.836	4,30
TSDT	105	23.835	0	30	21	149	0	68	3	0	0	0	0	3	5	264	2,51
Pessoal de Informática	11	2.497	0	0	0	29	0	0	0	0	0	0	28	0	0	57	5,18
Pessoal Docente	1	227	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Pessoal Dirigente (incluindo Administrativos)	5	1.135	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1,00
Assistente Técnico	176	39.952	0	0	17	610	0	88	0	0	0	0	1	0	90	808	3,44
Assistente Operacional / T.A.S.	338	76.272	43	38	30	533	18	71	0	0	0	0	13	1	90	803	2,38
Técnico Superior (NS)	36	8.172	0	65	5	184	0	61	0	0	0	0	0	1	1	317	8,81
TOTALS	1.412	328.524	95	1.175	124	2.186	53	486	17	0	833	0	42	643	216	5.878	4,16
MÉDIA DIÁTRAB. (16)			0,07	0,83	0,08	1,02	0,04	0,34	0,01	0,00	0,59	0,00	0,03	0,40	0,12	4,18	
Média % (229 dias de Tráb. em 2024)			0,03	0,27	0,04	0,58	0,02	0,15	0,01	0,00	0,26	0,00	0,01	0,20	0,07	1,82	Absentismo

(1) Queda de sangue; Junção de serviços; Cumprimento de obrigações; Médias eletivas; Compensação de serviço de urgência; Cova B; Exames Int. Médicos; Disponibilização de outros funcionários

(16) Não contabilizados os trabalhadores do mapa de pessoal que exercem funções fora da ULSCEB

É possível constatar no mapa, que o índice de absentismo no 3º. Trimestre de 2024 se situou no geral e em média em 4,16 dias de ausência ao trabalho por cada trabalhador e que, o total de ausências sobre os dias de trabalho obrigatórios representa em média um absentismo de 1,83%.

IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso

- A dívida total em 30/09/2024 fixou-se nos 22,2 M€. Esta dívida está 2,7 M€ acima da verificada em 31/12/2023, justificando-se em parte pelo facto de o encargo com as farmácias não existir no ano anterior, pelo que teremos de ter essa situação sempre presente em qualquer tipo de análise comparativa, para além de este aumento de dívida ser sempre temporário, atendendo aos prazos de pagamento acordados entre o MS e a ANF. Assim, excluindo o valor mensal das farmácias (cerca de 1,7 M€ em média), a dívida terá aumentado cerca de 1 M€ e metade desta refere-se à aquisição de viaturas elétricas no âmbito do PRR, cujo financiamento ainda aguardamos (está pendente da resolução de outros pedidos apresentados ao núcleo do PRR desde março de 2023).
- Este aumento da dívida terá tendência a piorar em novembro e dezembro, com a entrada em vigor das normas previstas no despacho n.º 11463-C/2024 já mencionado, com a dedução mensal da totalidade dos montantes da despesa apurada pelo CCMSNS (em média cerca de 2,5 M€) e com a

agravante adicional de se tratar dos meses de pagamento do subsídio de Natal e respetivos encargos no mês seguinte.

- Portanto este cenário levará a um aumento dos pagamentos em atraso (que nesta data apenas representam 496 mil€ a fornecedores externos), devendo a dívida continuar a subir, sendo expectável que volte a aproximar-se dos 25 M€, com o PMP a agravar-se (já no final deste trimestre houve uma inversão da tendência dos últimos meses, passando dos 54,8 dias registados em junho, para os 60,3 dias em setembro).
- Adicionalmente de referir a situação da dívida a entidades do SNS (8,4 M€) e, dentro destas, 5,6 M€ respeitam à ARS Centro, correspondendo a faturação recebida e processada em finais de 2012 e início de 2013 e que se reporta a reembolsos relacionados com encargos com MCDT (4,6 M€) e vencimentos (1 M€) assumidos por essa entidade na fase de transição/criação da ULSCB, entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2011. Parte desta dívida (4,6 M€) já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado seguimento ao aludido despacho. Com a extinção das ARS, ainda não sabemos como ficará esta questão.
- Assim, o impulso em termos de financiamento ocorrido ao longo do ano de 2023, e principalmente em dezembro, ao qual devemos ainda somar o já verificado em finais de 2022, para além do reforço do Contrato-programa no corrente ano, permitiram, como mencionado na nota introdutória, criar bases para que esta nova realidade nos possibilitasse encarar o ano de 2024 com algum otimismo, sendo necessário, no entanto, manter o foco na estabilização da atual situação, continuando a avaliar e a tomar as medidas que nos permitam o controlo ou mesmo a redução de alguns gastos.
- Quanto ao PMR (prazo médio de recebimento), diminuiu 25 dias face ao período homólogo (-50,93%), já que existiu uma redução nas contas de clientes (-4,7 M€), mas por outro lado o volume de negócios cresceu 18,1 M€.

Período: janeiro a setembro

u.m.: euro

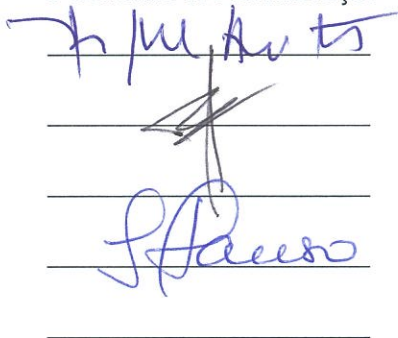
	2023	2024	variação	
			absoluta	%
Dívida Total	27.921.699	22.198.293	-5.723.406	-20,50%
Dívida vincenda	4.003.562	6.963.977	2.960.415	73,94%
Dívida vencida	23.918.137	15.234.316	-8.683.821	-36,31%
Pagamentos em atraso	15.890.762	8.539.992	-7.350.770	-46,26%
PMP ponderado (dias)	142	60	-82	-57,75%
PMR (dias)	49	24	-25	-50,93%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- No final deste período, tal como seria expectável atendendo à regularização de dívidas ocorrida em dezembro de 2023, a situação económico-financeira apresentou melhoras face ao ano transato, nomeadamente em relação ao período homólogo, com a dívida a aumentar para já moderadamente, em parte devido aos produtos vendidos por farmácias.
- Esta melhoria resultou do aumento do financiamento para o corrente ano (+6,4 M€ se excluirmos as farmácias), a par do reforço mensal relacionado com a faturação conferida no CCMSNS, o que tem permitido encarar com maior otimismo a execução.
- Ainda assim, a dívida continuará a crescer, principalmente nos períodos coincidentes com o pagamento de subsídios e respetivos encargos/retenções devido à diminuição da liquidez disponível para pagamentos a fornecedores que acontece nesses meses.
- Adicionalmente, a indicação por parte da ACSS de que o financiamento iria sofrer um ajustamento no final do ano, correspondente à verba que está atualmente a ser recebida por conta da despesa centralizada (farmácias, MCDT, CRD, Hemodiálise, SISO, ..) e conferida no CCMSNS, por forma a que não ultrapasse o previsto no Contrato-programa, poderá complicar seriamente as contas do final do ano e vir a agravar a atual dívida de forma mais pronunciada.

Castelo Branco, 27 de maio de 2025

O Conselho de Administração

The image shows a handwritten signature in blue ink on a set of horizontal lines. The signature is stylized and appears to be 'H. M. A. T. S.'. Above the signature, the text 'O Conselho de Administração' is printed. There are several horizontal lines below the signature, some of which are crossed out with a diagonal line.

Anexo I – Gastos e Perdas

u.m.: euro

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

30/09/2024

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	Orçamento Mensualizado (2)	PROCESS. EM 30/09/2024 (3)	Execução Relativa Anual (3) / (1)	Execução Absoluta Mensualizada (3) - (2)	Dotação Disponível (1) - (3)
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:						
61241	Produtos farmacêuticos	10.060.877	7.545.658	7.570.183	75,24%	24.525	2.490.694
612411	Medicamentos	8.189.404	6.142.053	6.268.591	76,55%	126.538	1.920.813
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1.871.473	1.403.605	1.301.591	69,55%	-102.013	569.882
61242	Material de consumo clínico	4.565.771	3.424.328	3.452.185	75,61%	27.856	1.113.586
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	585	439	464	79,28%	25	121
61243	Material consumo hoteleiro	119.103	89.327	109.044	91,55%	19.717	10.059
61244	Material consumo administrativo	110.627	82.970	77.179	69,77%	-5.791	33.448
61245	Material manutenção/conservação	122.244	91.683	91.877	75,16%	194	30.367
61249	Outro material de consumo	0	0	0		0	0
	Total da conta 61	14.979.207	11.234.405	11.300.931	75,44%	66.526	3.678.276
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:						
621	Subcontratos e concessões de serviços	28.477.576	21.358.182	24.891.119	87,41%	3.532.937	3.586.457
62111	Meios complementares diagnóstico	5.777.855	4.333.391	4.383.077	75,86%	49.686	1.394.778
62112	Meios complementares terapêutica	6.532.328	4.899.246	4.816.612	73,73%	-82.634	1.715.716
62113	Produtos vendidos p/farmácias	15.422.216	11.566.662	15.081.017	97,79%	3.514.355	341.199
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	45.596	34.197	34.197	75,00%	0	11.399
62115	Internamentos	354.406	265.805	317.171	89,49%	51.367	37.235
62116	Contratos e Acordos	0	0	0		0	0
62119	Outros subcontratos	345.175	258.881	259.045	75,05%	163	86.130
622	Serviços especializados	14.245.891	10.684.418	10.148.898	71,24%	-535.521	4.096.993
623	Materiais de consumo	43.242	32.432	32.131	74,30%	-301	11.111
624	Energia e fluidos	2.093.137	1.569.853	1.664.324	79,51%	94.471	428.813
625	Deslocações, estadas e transportes	3.853.581	2.890.186	2.880.588	74,75%	-9.597	972.993
626	Serviços diversos	1.382.565	1.036.924	1.078.581	78,01%	41.657	303.984
	Total da conta 62	50.095.992	37.571.994	40.695.641	81,24%	3.123.647	9.400.351
63	GASTOS COM O PESSOAL						
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	332.260	249.195	247.387	74,46%	-1.808	84.873
632	Remunerações do pessoal	46.510.937	34.883.203	35.807.452	76,99%	924.249	10.703.485
6321	Remunerações certas e permanentes	35.689.437	26.767.078	27.717.600	77,66%	950.522	7.971.837
63211	Remuneração base	29.058.391	21.793.793	21.877.160	75,29%	83.367	7.181.231
63212	Subsídio de férias	1.553.304	1.164.978	1.986.285	127,87%	821.307	-432.981
63213	Subsídio de Natal	2.707.114	2.030.336	2.032.568	75,08%	2.232	674.546
63215	Subsídio de refeição	1.853.532	1.390.149	1.370.619	73,95%	-19.530	482.913
6321xx	Outros	517.096	387.822	450.968	87,21%	63.146	66.128
6322	Abonos variáveis e eventuais	10.821.500	8.116.125	8.089.852	74,76%	-26.273	2.731.648
632204	Trabalho extraordinário	4.794.107	3.595.580	3.643.785	76,01%	48.204	1.150.322
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	2.226.880	1.670.160	1.686.485	75,73%	16.325	540.395
6322xxx	Outros	3.800.513	2.850.385	2.759.582	72,61%	-90.803	1.040.931
633	Benefícios pós-emprego	1.967	1.475	1.441	73,25%	-34	526
634	Indemnizações	1	1	0	32,00%	0	1
635	Encargos sobre remunerações	11.281.137	8.460.853	8.422.481	74,66%	-38.372	2.858.656
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	192.470	144.353	145.335	75,51%	983	47.135
637	Gastos de ação social	0	0	0		0	0
638	Outros gastos com pessoal	42.470	31.853	32.731	77,07%	879	9.739
639	Outros encargos sociais	184.453	138.340	140.577	76,21%	2.237	43.876
	Total da conta 63	58.545.695	43.909.271	44.797.405	76,52%	888.134	13.748.290
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	0%		
64	Gastos de depreciação e de amortização	2.136.369	1.602.277	1.610.635	75,39%	8.358	525.734
65	Perdas por imparidade	320.000	240.000	0	0,00%	-240.000	320.000
67	Provisões do período	350.000	262.500	0		-262.500	350.000
68	Outros gastos e perdas	1.202.226	901.670	102.523	8,53%	-799.147	1.099.703
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	40.672	30.504	29.114	71,58%	-1.390	11.558
	TOTAL GERAL	127.670.161	95.752.621	98.536.249	77,18%	2.783.628	29.133.912

Anexo II – Variação Gastos e Perdas

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

30/09/2024

Código	Designação	PROCESS. EM 30/09/2023 (1)	PROCESS. EM 30/09/2024 (2)	Variação Absoluta (2)-(1)	Variação Relativa (2)/(1)
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:				
61241	Produtos farmacêuticos	6.447.984	7.570.183	1.122.198	17,40%
612411	Medicamentos	5.394.096	6.268.591	874.495	16,21%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1.053.888	1.301.591	247.703	23,50%
61242	Material de consumo clínico	2.465.701	3.452.185	986.484	40,01%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	603	464	-139	-23,09%
61243	Material consumo hoteleiro	80.583	109.044	28.461	35,32%
61244	Material consumo administrativo	78.411	77.179	-1.232	-1,57%
61245	Material manutenção/conservação	89.761	91.877	2.116	2,36%
61249	Outro material de consumo	0	0	0	
	Total da conta 61	9.163.044	11.300.931	2.137.887	23,33%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
621	Subcontratos e concessões de serviços	9.233.761	24.891.119	15.657.358	169,57%
62111	Meios complementares diagnóstico	4.228.082	4.383.077	154.995	3,67%
62112	Meios complementares terapêutica	4.379.998	4.816.612	436.614	9,97%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	0	15.081.017	15.081.017	
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	20.611	34.197	13.586	65,92%
62115	Internamentos	387.354	317.171	-70.183	-18,12%
62116	Contratos e Acordos	0	0	0	
62119	Outros subcontratos	217.716	259.045	41.328	18,98%
622	Serviços especializados	8.730.826	10.148.898	1.418.072	16,24%
623	Materiais de consumo	38.756	32.131	-6.626	-17,10%
624	Energia e fluídos	1.570.204	1.664.324	94.120	5,99%
625	Deslocações, estadas e transportes	2.534.137	2.880.588	346.451	13,67%
626	Serviços diversos	1.046.608	1.078.581	31.973	3,05%
	Total da conta 62	23.154.293	40.695.641	17.541.348	75,76%
63	GASTOS COM O PESSOAL				
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	310.649	247.387	-63.262	-20,36%
632	Remunerações do pessoal	33.906.840	35.807.452	1.900.612	5,61%
6321	Remunerações certas e permanentes	25.536.543	27.717.600	2.181.057	8,54%
63211	Remuneração base	20.496.960	21.877.160	1.380.200	6,73%
63212	Subsídio de férias	1.846.633	1.986.285	139.652	7,56%
63213	Subsídio de Natal	1.754.986	2.032.568	277.581	15,82%
63215	Subsídio de refeição	1.404.397	1.370.619	-33.778	-2,41%
6321xx	Outros	33.566	450.968	417.402	1243,52%
6322	Abonos variáveis e eventuais	8.370.297	8.089.852	-280.445	-3,35%
632204	Trabalho extraordinário	4.098.654	3.643.785	-454.869	-11,10%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1.584.517	1.686.485	101.968	6,44%
6322xxx	Outros	2.687.126	2.759.582	72.456	2,70%
633	Benefícios pós-emprego	992	1.441	449	45,22%
634	Indemnizações	-2.953	0	2.953	100,01%
635	Encargos sobre remunerações	7.987.102	8.422.481	435.379	5,45%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	129.068	145.335	16.267	12,60%
637	Gastos de ação social	2.378	0	-2.378	-100,00%
638	Outros gastos com pessoal	22.591	32.731	10.140	44,88%
639	Outros encargos sociais	169.265	140.577	-28.688	-16,95%
	Total da conta 63	42.525.934	44.797.405	2.271.472	5,34%
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	
64	Gastos de depreciação e de amortização	1.573.355	1.610.635	37.280	2,37%
65	Perdas por imparidade	0	0	0	
67	Provisões do período	0	0	0	
68	Outros gastos e perdas	55.665	102.523	46.858	84,18%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	76.285	29.114	-47.171	-61,84%
	TOTAL GERAL	76.548.575	98.536.249	21.987.674	28,72%

Anexo III – Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

30/09/2024

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	Orçamento Mensualizado (2)	PROCESS. EM 30/09/2024 (3)	Execução Relativa Anual (3) / (1)	Execução Absoluta Mensualizada (3) - (2)	Dotação por Executar (1) - (3)
70	Impostos, contribuições e taxas						
704108	Taxas moderadoras	685.991	514.493	444.425	64,79%	-70.068	241.566
7041xx	Outras taxas	29.751	22.313	21.250	71,43%	-1.064	8.501
	Total da conta 70	715.742	536.807	465.675	65,06%	-71.132	250.067
71	Vendas	0	0	0		0	0
72	Prestações de serviços e concessões						
7201164	Incentivos institucionais	11.460.219	8.595.164	8.328.612	72,67%	-266.552	3.131.607
7201165	Valor capitolacional (ULS)	102.716.628	77.037.471	78.350.873	76,28%	1.313.402	24.365.756
7201168	Internos	425.341	319.006	735.649	172,96%	416.643	-310.308
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0			0
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	224.274	168.206	151.132	67,39%	-17.074	73.142
72013	Outras entidades responsáveis	432.045	324.034	185.651	42,97%	-138.383	246.394
7299	Outros serviços	0	0	0			0
	Total da conta 72	115.258.507	86.443.880	87.751.915	76,13%	1.308.035	27.506.592
75	Transferências e subs. correntes obtidos	107.167	80.375	60.999	56,92%	-19.377	46.168
76	Reversões	370.000	277.500	0	0,00%	-277.500	370.000
78	Outros rendimentos e ganhos	354.116	265.587	49.425	13,96%	-216.162	304.691
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	181	91	109		18	72
	TOTAL GERAL	116.805.713	87.604.285	88.328.123	75,62%	723.838	28.477.590

Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

30/09/2024

Código	Designação	PROCESS. EM 30/09/2023 (1)	PROCESS. EM 30/09/2024 (2)	Variação Absoluta (2)-(1)	Variação Relativa (2)/(1)
70	Impostos, contribuições e taxas				
704108	Taxas moderadoras	564.645	444.425	-120.220	-21,29%
7041xx	Outras taxas	21.773	21.250	-524	-2,40%
	Total da conta 70	586.418	465.675	-120.743	-20,59%
71	Vendas	0	0	0	0,00%
72	Prestações de serviços e concessões				
7201162	Programas de gestão da doença crónica	0	0	0	0,00%
7201164	Incentivos institucionais	6.585.448	8.328.612	1.743.164	26,47%
7201165	Valor capitolacional (ULS)	61.801.149	78.350.873	16.549.723	26,78%
7201168	Internos	732.706	735.649	2.943	0,40%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0	
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	122.808	151.132	28.324	23,06%
72013	Outras entidades responsáveis	277.056	185.651	-91.406	-32,99%
72014	Acerto de estimativas	0	0	0	0,00%
7299	Outros serviços	0	0	0	0,00%
	Total da conta 72	69.519.167	87.751.915	18.232.749	26,23%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	50.335	60.999	10.663	
76	Reversões	0	0	0	0,00%
78	Outros rendimentos e ganhos	78.568	49.425	-29.142	-37,09%
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	3	109	105	0,00%
	TOTAL GERAL	70.234.491	88.328.123	18.093.632	25,76%